



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

Aos 27 dias do mês de maio de 2015, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 261/XII, relativa à reunião de 20 de maio de 2015
2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 282/XII/2.ª – “Solicitam a abertura de tarifa de estudante na TAP Portugal para estudantes madeirenses no Continente”
 - Relator: Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD)
3. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 422/XII/3.ª – “Requer uma alteração ao Regulamento da Habilitação Legal de Conduzir (RHLLA)”
 - Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)
4. Apreciação das informações relativas à discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1444/XI/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a suspensão do concurso público para as subconcessões dos sistemas de transporte da metro do Porto, S. A. e da sociedade de transportes coletivos do Porto, S. A.” e n.º 1158/XI/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo o acompanhamento dos projetos de modernização da PSA - Peugeot Citroen em Mangualde.”
5. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1005/XII/3.ª (BE) – “Recomenda ao Governo a suspensão das portagens na Via do Infante e a requalificação da Estrada Nacional 125 e da Linha Férrea do Algarve como investimentos prioritários” e n.º 1482/XII/4.ª (PCP) – “Pela abolição das portagens na Via do Infante”
6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1030/XII/3.ª (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro.”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE) –
“Investimento urgente na linha de Cascais.”

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS) –
“Recomenda ao Governo a promoção da onda da Figueira da Foz, considerada no PENT como a onda (direita) mais comprida do continente europeu.”

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1263/XII/4.ª (PS) –
“Recomenda ao Governo a publicação da Conta Satélite do Turismo.”

10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1446/XII/4.ª (PCP) –
“Execução do prolongamento da Linha Verde do Metro do Porto, da Maia até à Trofa até ao final do 1.º semestre de 2016.”

11. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 261/XII, relativa à reunião de 20 de maio de 2015

Iniciada a reunião, o Senhor Presidente submeteu a ata n.º 261/XII/4.ª, relativa à reunião de 20 de maio de 2015, a votação, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

2. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 282/XII/2.ª – “Solicitam a abertura de tarifa de estudante na TAP Portugal para estudantes madeirenses no Continente”

– Relator: Deputado Francisco Freitas Gomes (PSD)

Este ponto da ordem do dia foi adiado, por solicitação do Grupo Parlamentar do PSD.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

3. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 422/XII/3.ª – “Requer uma alteração ao Regulamento da Habilitação Legal de Conduzir (RHLL)”

– Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

O Senhor Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP) apresentou o relatório final da petição de forma sucinta, tendo dado conta da opinião do relator.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Carina Oliveira (PSD), para concordar com a opinião do relator e referir que se aguardava a entrada na Assembleia da República de uma proposta de lei de alteração ao Código da Estrada, na qual se esperava que algumas das questões levantadas pelo peticionário fossem abordadas; e Fernando Serrasqueiro (PS), para concordar com o relatório e afirmar que aguardava a entrada na Assembleia da República da iniciativa referida pela oradora anterior, para poder pronunciar-se sobre a mesma bem como sobre as questões da formação ao longo do tempo, preocupação expressa por este cidadão.

Submetido o relatório a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

4. Apreciação das informações relativas à discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1444/XI/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a suspensão do concurso público para as subconcessões dos sistemas de transporte da metro do Porto, S. A. e da sociedade de transportes coletivos do Porto, S. A.” e n.º 1158/XI/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo o acompanhamento dos projetos de modernização da PSA - Peugeot Citroen em Mangualde.”

Submetidas as informações em epígrafe a apreciação, não se verificou qualquer solicitação para eventuais correções, pelo que o Senhor Presidente informou que as mesmas seriam enviadas à Mesa da Assembleia da República para que os projetos de resolução em causa pudessem ser votados em Plenário no período de votações regimentais seguinte.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.^a SL

5. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução n.º 1005/XII/3.^a (BE) – “Recomenda ao Governo a suspensão das portagens na Via do Infante e a requalificação da Estrada Nacional 125 e da Linha Férrea do Algarve como investimentos prioritários” e n.º 1482/XII/4.^a (PCP) – “Pela abolição das portagens na Via do Infante”

A Senhora Deputada Cecília Honório (BE) apresentou o projeto de resolução n.º 1005/XII/3.^a, referindo que o mesmo mantinha atualidade relativamente às recomendações que faz ao Governo e lembrando as declarações do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de que o Algarve ou tinha dinheiro para a requalificação da EN125 ou para a ferrovia, mas para as duas não era possível. Após referir a falta de uma política regional de mobilidade, argumentou que a introdução das portagens na A22 fez regredir este direito fundamental das populações e este meio para a promoção da economia regional. Reiterou os termos do projeto de resolução, defendendo a suspensão das portagens e a necessidade da requalificação da EN12 e a modernização da ferrovia no Algarve, essenciais para a promoção da qualidade de via e a economia nacional.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Ramos (PCP) apresentou o projeto de resolução n.º 1482/XII/4.^a, referindo que o processo era por demais conhecido, iniciado em março de 2010. Referiu que a implementação das portagens na A22 tinha tido implicações sérias e concretas na vida do Algarve e elencou quatro argumentos que, em seu entender, justificavam a abolição das portagens na Via do Infante: a forma de financiamento daquela via, tendo 71% sido financiado por fundos comunitários; o facto de não cumprir os requisitos técnicos para ser considerada autoestrada interurbana; a não existência de alternativas válidas, uma vez que a EN125 não foi requalificada e transformou-se de novo na “estrada da morte”; as implicações na economia regional, já de si bastante debilitada. Concluiu, argumentando que no Algarve todos os autarcas defendiam a abolição destas portagens, independentemente da força política que representavam.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

Usaram da palavra, a respeito destas duas iniciativas, os Deputados Bruno Inácio (PSD), Paulo Campos (PS) e Hélder Amaral (CDS-PP).

O Senhor Deputado Bruno Inácio (PSD) afirmou que, em primeiro lugar, era preciso reconhecer que a introdução de portagens na Via do Infante tinha trazido um prejuízo económico para o Algarve, mas era necessário perceber também que os custos de não ter essas portagens seriam suportados por todos e pagos de outra forma. Tendo considerado que as portagens na Via do Infante tinham sido trazidas pelo colapso financeiro do país, e que o anterior Governo tinha decidido implementar as portagens mas tinha abortado essa decisão na altura das eleições, afirmou acreditar que a recuperação financeira que estava a ser feita a muito custo traria o alívio dessas amarras. Quanto ao método de cobrança, expressou preocupação com as filas que se verificam à entrada da ponte internacional do Guadiana em alguns momentos específicos do ano, problema que tinha de ser resolvido. No que tocava ao preço, realçou as renegociações feitas e as poupanças conseguidas, bem como a recuperação de tráfego, e afirmou acreditar ser possível fazer uma revisão destes valores. Abordou também a questão da requalificação da EN125, para referir que a concessão Algarve Litoral tinha sido um negócio ruinoso e para destacar que, depois de duras negociações com esta concessão, foi possível retomar obras importantes para a circulação nesta via. Referiu ainda a intervenção direta da Estradas de Portugal nas obras entre Olhão e Vila Real de Santo António e o facto de as obras estarem dependentes do visto do Tribunal de Contas sobre esta matéria. Concluiu, afirmando que acreditava que num futuro próximo seria possível retomar projetos como a circular de Olhão, essencial para a circulação na EN125, e elencando os investimentos e os projetos previstos, bem como a sua calendarização.

Pelo Senhor Deputado Paulo Campos (PS) foi referida a falta de progressos que se verificava há 4 anos na requalificação da EN125 bem como nos investimentos ferroviários. Frisou que nunca a introdução de portagens tinha estado associada à crise mas sim à introdução do princípio do utilizador/pagador. Lembrou que em 2006 o Governo de então tinha decidido introduzir portagens nas autoestradas que tivessem alternativa adequada e índices de rentabilidade que pudessem suportar a introdução do princípio do utilizador/pagador. Aquando da apreciação parlamentar desse diploma



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

pelos partidos que agora apoiam o Governo, o PSD apresentou a exigência de que ou pagavam todos ou não pagava nenhum, pelo que foi feito um acordo no sentido de viabilizar o Orçamento do Estado, tendo sido introduzidas essas portagens, com exigência do Governo de então de existência de discriminação positiva (isenções e descontos) nestas regiões. Quando o PSD formou Governo, lembrou, implementou as portagens nas autoestradas que funcionavam em regime de SCUT e rapidamente eliminou a discriminação positiva que existia, tendo suspenso as obras na EN125, situação que até hoje se mantinha, pois o que existia neste momento era apenas um pequeno avanço em algumas variantes à EN125. Referiu também as estatísticas da sinistralidade na EN125, que tem vindo a aumentar de modo alarmante. Argumentou ainda que o contrato de concessão do Algarve era o que tinha a taxa interna de rentabilidade mais baixa (6%), sendo que todas as receitas desta concessionária eram receitas por serviço, decorriam apenas do tráfego, não havendo quaisquer rendas de disponibilidade, porque as rendas de tráfego eram superior ao que era necessário para a concessionária, pelo contrário, era a concessionária que pagava ao Estado uma renda de disponibilidade. Concluiu afirmando que a renegociação que se diz que foi feita até ao momento ainda não tinha sido concretizada e que em quatro anos não tinha havido qualquer investimento na EN125, pois as obras que estavam a ser começadas eram as que tinham sido contratadas pelo anterior Governo.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) referiu que, quanto à introdução de portagens, o que interessava era perceber as razões e se havia alternativas. Considerou que foi este Governo que introduziu o sistema do utilizador/pagador, mas se se visse os critérios defendidos pelo anterior Governo para introdução de portagens, chegar-se-ia à conclusão de que também ele introduziria portagens na Via do Infante. Afirmou que a introdução de portagens obedeceu a um racional de compensar uma fatura que se herdou das obras iniciadas pelo Governo anterior e se começou a pagar em 2014, tendo a este propósito referido os valores apurados pela UTAO sobre os custos dessas parcerias. Afirmou ser verdade que havia negociações nesta área, as quais já tinham permitido aos contribuintes poupar muito dinheiro. As obras na EN125 estavam um pouco dependentes da negociação da subconcessão, afirmou, e apesar de estarem um pouco aquém do desejado pelas populações o Governo tem assumido intenção de melhorar as acessibilidades e tem tentado



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

encontrar alternativas. Concluiu defendendo que o Algarve merecia melhores ligações ferroviárias e ter uma EN125 com melhores condições, mas não tinha dúvidas de que deveria pagar portagens, tal como pagam todas as outras regiões.

Tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), para encerramento da discussão destes projetos de resolução, dando relevo ao reconhecimento por parte do PSD sobre os danos económicos para a região provocados pela introdução de portagens e as declarações do CDS-PP sobre a modernização da ferrovia como prioridade para a região. Afirmou que o BE mantinha a posição que tinha desde o início sobre esta questão e que os danos da introdução de portagens nesta região eram particularmente sensíveis. Concluiu esperando que a maioria, até à votação do projeto de resolução do BE, pudesse ponderar os argumentos razoáveis que trouxe a esta discussão.

Por sua vez, o Senhor Deputado João Ramos (PCP), também para encerrar a discussão destes projetos de resolução, afirmou que a EN125 não precisava de contributos mas sim de execução. Referiu os efeitos que a introdução de portagens teve no desemprego, nas falências de empresas, no turismo e na restauração. Lembrou que quando o PS anunciou a introdução de portagens o PSD no Algarve apelava aos seus simpatizantes e militantes para aderirem a manifestações de repúdio às portagens. Referiu que o aumento de tráfego na EN125 estava diretamente relacionado com as portagens na A22 e que o PCP tinha já apresentado 7 projetos de resolução sobre esta matéria e a posição do CDS-PP tinha sido sempre a mesma, de rejeição, ao passo que a posição do CDS-PP já era incoerente, porque defende no Algarve algo diverso do que defende na Assembleia da República. Concluiu, criticando a opção de colocar a máquina fiscal a cobrar as portagens não pagas.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado Paulo Campos (PS), para contestar as afirmações sobre a racionalidade das obras rodoviárias e os números referidos pelo Deputado Hélder Amaral. Reiterou ainda que as renegociações tinham sido feitas quando a concessionária já tinha suspenso as obras, o que tinha sido prejudicial para o Governo.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

Interveio o Senhor Deputado João Ramos (PCP), para contestar o facto de a discussão continuar depois de ter sido dada a palavra aos autores dos projetos de resolução, até porque esta discussão extravasava já os projetos de resolução em apreciação.

Usou ainda da palavra o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) para afirmar que não se podia discutir apenas a EN125 ou a A22 sem discutir tudo o resto e responder ao Deputado Paulo Campos.

Finalmente, a Senhora Deputada Cecília Honório (BE) afirmou que havia uma perspetiva global relativamente às portagens em todas as ex-SCUT, mas a história do Algarve tinha as suas particularidades, nomeadamente a falta de alternativa que a EN125 não era e a autoestrada que não tinha perfil de autoestrada.

6. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1030/XII/3.ª (BE) – “Revitalização da linha do Vouga entre Espinho e Aveiro.”

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte, por solicitação do Grupo Parlamentar do PSD.

7. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1247/XII/4.ª (BE) – “Investimento urgente na linha de Cascais.”

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte, por solicitação do Grupo Parlamentar do PS.

8. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1117/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a promoção da onda da Figueira da Foz, considerada no PENT como a onda (direita) mais comprida do continente europeu.”

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte, por solicitação do Grupo Parlamentar do PSD.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

9. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1263/XII/4.ª (PS) – “Recomenda ao Governo a publicação da Conta Satélite do Turismo.”

A Senhora Deputada Hortense Martins (PS) começou por apresentar o projeto de resolução, destacando o facto de a Conta Satélite ter levado tempo a ser constituída e de estar a publicação interrompida desde setembro de 2011. Informou que a própria Confederação do Turismo Português ter, em audição no Grupo de Trabalho Turismo, chamado a atenção para o facto de as estatísticas sobre o turismo ser de qualidade duvidosa, em Portugal.

Referiu também existir um reconhecimento de todos os agentes na necessidade desta Conta Satélite e o facto de alguns setores do Governo, como o desporto ou a cultura, terem afirmado que gostariam de dispor do mesmo tipo de instrumento.

Concluiu afirmando não haver explicação par o facto de ter sido interrompida esta Conta Satélite e não ter sido retomada num setor reconhecido por todos os partidos como estratégico, apesar de o próprio Presidente do Turismo de Portugal ter afirmado numa audição no Grupo de Trabalho Turismo ter manifestado a intenção de retomar esta Conta Satélite.

Usaram da palavra, a este propósito, os Senhores Deputados Luis Vales (PSD), Hélder Amaral (CDS-PP) e João Ramos (PCP).

O Senhor Deputado Luís Vales (PSD) considerou que a questão era pertinente e que o projeto de resolução em apreço merecia a concordância do PSD com exceção da última parte, pois esta iniciativa deixava de fazer sentido porque o Governo já estava a trabalhar no sentido de ser retomada a Conta Satélite do Turismo ainda este ano. Esclareceu que a Conta tinha sido suspensa em setembro de 2011 por falta de dados, situação essa que se verificava já no anterior Governo. Em 2013, afirmou, retomaram-se os inquéritos para obtenção de dados e em março de 2015 foi feito um protocolo com o INE para dar início de novo à realização destes inquéritos do turismo internacional. Dado o curto espaço de tempo que entretanto decorreu, acredita que os dados não tenham sido ainda tratados, mas assim que o estiverem a Conta Satélite será de novo publicada.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

Pelo Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) foi afirmado que o PS tinha grande responsabilidade sobre a ausência da Conta Satélite do Turismo, porque em 2011 o INE teve dificuldade em encontrar dados e em 2013 retomou-se a recolha de dados estatísticos. Independentemente de não haver uma Conta Satélite, referiu, os dados do turismo eram aferíveis, dignos de nota e positivos. Com ou sem Conta Satélite, prosseguiu, a realidade era que as coisas estava a correr muito bem. Concluiu lembrando que tinham sido aprovados dois requerimentos para audição do Secretário de Estado do Turismo e nessa audição estas questões podiam ser discutidas.

Finalmente, o Senhor Deputado João Ramos (PCP) afirmou que o seu grupo parlamentar não tinha quaisquer dúvidas da importância da existência dos dados estatísticos e deste instrumento, tendo considerado que o Governo era tendencioso na análise dos dados, explorando os que são positivos e omitindo os que são menos positivos. Referiu a existência de um projeto de resolução do seu grupo parlamentar que aborda essa matéria e lembrou o requerimento do PCP para audição do Secretário de Estado do Turismo que tinha sido aprovado.

Encerrou a discussão do projeto de resolução a Senhora Deputada Hortense Martins (PS), lembrando o debate sobre os problemas com a informação estatística relativa a este setor e lamentar que a maioria prefira ter uma informação deficiente. Reiterou que o seu grupo parlamentar há muito tempo falava na necessidade desta Conta Satélite e questionou como se podia concordar com a matéria e depois votar contra, argumentando que estava tudo a ser feito. Lembrou, a este propósito, situação semelhante que ocorreu com o projeto de resolução apresentado pelo PS sobre a tarifa social de energia, verificando-se agora que o próprio Secretário de Estado afirma que nada ainda estava feito. Concluiu reiterando a necessidade de os dados do setor serem conhecidos não só pela oradora mas também por todos os Deputados e por todos os operadores do setor.

10. Discussão em Comissão do Projeto de Resolução n.º 1446/XII/4.ª (PCP) – “Execução do prolongamento da Linha Verde do Metro do Porto, da Maia até à Trofa até ao final do 1.º semestre de 2016.”



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

A Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP) apresentou o projeto de resolução em epígrafe, lembrando que as populações da Trofa estavam sem transporte há 13 anos, porque tinha sido retirado o comboio e a promessa do prolongamento do Metro do Porto tinha ficado apenas pelo ISMAI. Recordou também que as populações já se tinham manifestado sobre este assunto, tendo inclusive promovido uma petição que foi discutida na Assembleia da República. Propôs que fosse cumprida a Resolução da Assembleia da República n.º 74/2012, de 22 de maio, que recomenda o prolongamento da linha do Metro do Porto até à Trofa, até ao final do primeiro semestre de 2016, respondendo a uma justa reivindicação das populações locais.

Usaram da palavra, a este respeito, os Senhores Deputados Fernando Jesus (PS) e Paulo Rios Oliveira (PSD).

O Senhor Deputado Fernando Jesus (PS) afirmou que o PS acompanhava o projeto de resolução em apreço. Lembrou que em 2010, por força de constrangimentos financeiros e por pressão política dos partidos que agora estão na maioria, o Governo de então teve de suspender a extensão do Metro até à Trofa. Referiu que depois da desativação da linha do comboio, a população ficou mal servida. O Governo disse que tinha encomendado estudos para saber se devia ou não candidatar esta extensão aos fundos comunitários, mas esses estudos não são ainda conhecidos.

Pelo Senhor Deputado Paulo Rios Oliveira (PSD) foi afirmado que o enquadramento deste assunto confrontou o Governo, que se viu obrigado a atender a assuntos urgentes em detrimento dos assuntos importantes. Não negando a importância e impacto desta obra naquela população e admitindo que pudesse ser uma injustiça para a população, a verdade era que governar implicava escolhas e o Governo teve de fazer as escolhas urgentes em detrimento das importantes. Afirmou que não deixaria de sensibilizar o Governo para a urgência e importância dos estudos solicitados. Concluiu, referindo que a obra era importante e devia ser considerada, mas não podia ser negado o impacto financeiro da mesma.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

Para encerrar a discussão desta iniciativa, tornou a usar da palavra a Senhora Deputada Diana Ferreira (PCP), para referir que aguardaria com expectativa o sentido de voto do PSD no Plenário, pois se admite que a atual situação é uma injustiça terá de tomar alguma posição sobre esta proposta. A oradora reforçou os seus argumentos com a interioridade do distrito, as condições sociais e económicas das pessoas que aí vivem, as acessibilidades difíceis e o facto de se tratar de uma espera com mais de 12 anos. Concluiu, afirmando que o seu partido esperava que houvesse algum compromisso político dos partidos da maioria com as necessidades destas populações.

11. Outros assuntos

O Senhor Presidente deu conta da baixa à Comissão, para apreciação na especialidade, da Proposta de Lei n.º 330/XII/4.ª (GOV) – “Aprova o regime jurídico da ourivesaria e das contrastarias”, tendo sido fixado o dia 12 de junho como prazo para entrega de propostas de alteração.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) solicitou informação ao Presidente sobre as audições de membros do Governo que se encontravam pendentes na Comissão, tendo o Senhor Presidente respondido que tinham sido solicitada à Senhora Secretária dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade informação sobre a disponibilidade dos membros do Governo em causa, ainda sem resposta, e que iria ser feita uma insistência ainda durante esse dia.

A reunião foi encerrada às 11:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 01 de junho de 2015.

O PRESIDENTE

(PEDRO PINTO)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 262/XII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Fernando Jesus
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
Hortense Martins
Luís Leite Ramos
Luís Vales
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Nuno Serra
Odete Silva
Paulo Ribeiro de Campos
Pedro Pinto
Rui Paulo Figueiredo
Valter Ribeiro
Cecília Honório
Diana Ferreira
Gabriel Côte-Real Goucha
João Ramos
Mário Magalhães
Paulo Rios de Oliveira
Rui Barreto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Altino Bessa
Bruno Dias
Eduardo Teixeira
Heloísa Apolónia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Mariana Mortágua
Pedro Nuno Santos